



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública

OE 2023

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE JANEIRO

Fevereiro 2023

ÍNDICE

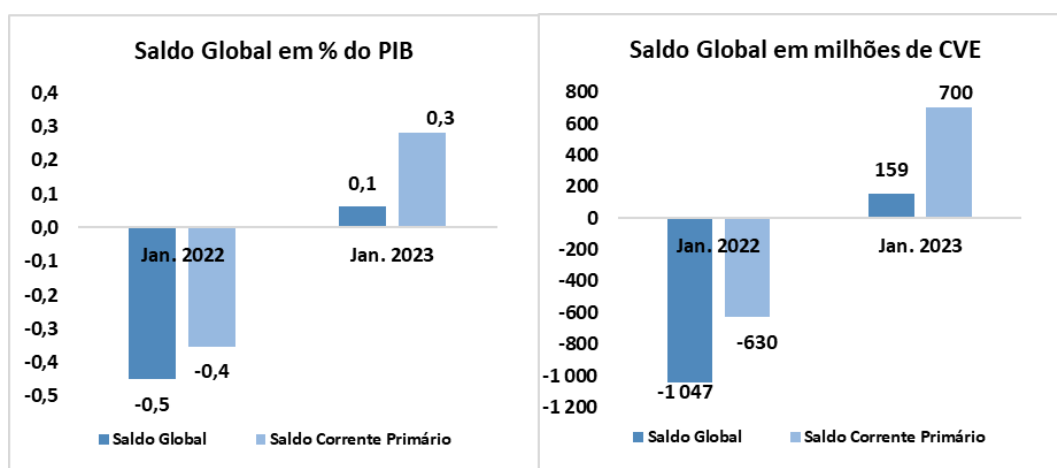
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	9
3.1.	Por Classificação Económica	9
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	13
3.3.	Por Tipo de Financiamento	13
4.	Dívida Pública	15

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global de janeiro de 2023 foi positivo em 159,0 milhões de CVE, traduzindo-se num superavit de 0,1% do PIB¹. Esse resultado reflete uma melhoria de 0,5 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2022.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 0,6 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 0,3%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, mas também da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em janeiro de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, decorrem:

- do aumento das receitas totais em 58,9% (+1.592,7 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;
- do acréscimo das despesas totais em 11,3% (+416,6 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com juros correntes, aquisições de bens e serviços, despesas com pessoal, segurança social, transferências em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização;

¹ A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebasings* do PIB, base 2015.

- o do decréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 51,1% (-29,9 milhões de CVE), justificado em grande parte pela redução de compras e vendas dos ativos financeiros relativamente ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Jan	Orç. Inicial	Jan		
1. Total Receitas	58 196	2 703	64 238	4 296	6,7	58,9
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	54 215	2 671	58 230	4 063	7,0	52,1
Impostos	41 184	2 290	44 350	3 522	7,9	53,8
Segurança Social	71	0	71	0	0,2	-4,5
Transferências (donativos)	3 982	33	6 009	234	3,9	609,8
Corrente	2 820	33	2 970	103	3,5	212,7
Capital	1 162	0	3 038	131	4,3	0,0
Outras Receitas	12 960	381	13 808	541	3,9	42,0
2. Total Despesas	62 112	3 692	66 108	4 109	6,2	11,3
Despesas com Pessoal	24 326	1 617	24 581	1 738	7,1	7,5
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	281	14 765	426	2,9	51,4
Juros Correntes	5 541	391	5 877	642	10,9	64,1
Subsídios	1 008	191	2 022	76	3,8	-60,1
Transferências	6 663	331	6 502	402	6,2	21,4
Corrente	6 097	331	5 899	400	6,7	21,0
Capital	566	0	604	1	0,2	0,0
Benefícios Sociais	8 316	684	9 143	682	7,5	-0,3
Outras despesas correntes	3 868	88	3 218	67	2,1	-23,9
Valor a regularizar	0	109	0	76	0,0	-30,5
3. Resultado Operacional Bruto	-3 916	-988	-1 869	188	-10,0	-119,0
4. Ativos não Financeiros	10 217	59	11 156	29	0,3	-51,1
Compra ativos não financeiros	10 625	61	11 904	29	0,2	-52,1
Venda ativos não financeiros	408	2,0	747	0	0,0	-83,4
5. Global Global (1-2-4)	-14 134	-1 047	-13 026	159	-1,2	-115,2
Saldo global (em percentagem do PIB)	-6,3	-0,5	-5,2	0,1	-	-
Saldo Corrente Primario	1 029	-630	1573	700	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,5	-0,4	0,6	0,3	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-8 592	-656	-7149	801	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-3,8	-0,5	-2,9	0,3	-	-
6. Financiamento	14 134	-94	13 026	78	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 363	715	1 955	-1 587	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	120	0	194	2	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 513	0	-1 851	-6	-	-
Ações e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 651	0	-2 200	-1 755	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	681	715	3 685	173	-	-
6.2 Passivos Financeiros	18 497	-809	11 071	1 664	-	-
Interno líquido	11 412	-722	6 641	411	-	-
Sistema bancário		843		193	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações L	-185	-9	-187	-8	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV	108			400	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	-2 184			-1008	-	-
Outras operações de tesouraria	56			997	-	-
Sistema não bancário		464		-163	-	-
Externo líquido	7 085	-87	4 430	1 253	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	16 089	96	15 013	1 833	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-9 005	-184	-10 606	-579	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-1 143	0	237	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até janeiro de 2023 cifraram-se em 4.296,6 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 58,8%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Jan	Orç. Inicial	Jan		
Impostos	41 184	2 290	44 350	3 522	7,9	53,8
Imposto único sobre rendimentos	11 230	431	10 968	446	4,1	3,4
IR-PS	6 799	395	6 923	394	5,7	-0,1
IR-PC	4 431	37	4 045	52	1,3	41,4
Outros impostos directos	649	55	165	103	62,4	86,6
Tributo Especial Unificado - TEU	617	55	132	103	78,0	86,5
Taxa de Incêndio	31	0	33	0	0,1	644,2
Imposto sobre bens e serviços	20 129	1 236	23 037	2 073	9,0	67,7
Imposto sobre o valor acrescentado	15 826	1 010	17 939	1 580	8,8	56,3
IVA DGA	8 934	537	9 551	854	8,9	59,0
IVA DGCI	6 892	474	8 389	726	8,7	53,2
Imposto consumo especial	2 477	118	2 605	282	10,8	137,9
Taxa de Tabaco	323	0	470	26	5,5	0,0
Contribuição turística	475	55	946	102	10,7	83,7
Taxa ecológica	728	32	756	61	8,1	88,6
Taxa estatística aduaneira	300	19	320	24	7,4	21,9
Impostos sobre transações internacionais	8 407	498	9 351	813	8,7	63,1
Direitos de importação	8 067	476	8 991	777	8,6	63,3
Taxa comunitaria CEDEAO	340	23	360	36	10,0	58,3
Outros impostos	769	69	829	87	10,5	26,2
Imposto de selo	719	65	769	83	10,8	27,7
Imposto especial sobre jogos	50	3,73	60	4	6,1	-1,1
Segurança Social	71	0	71	0	0,2	-4,5
Contribuições para a segurança social	0	0	0	0	206,0	-4,5
Transferências	3 982	33	6 009	234	3,9	609,8
De Governos Estrangeiros	3 378	8	5 225	193	3,7	2454,7
Ajuda Orçamental	825	0	849	110	13	0,0
Ajuda Alimentar	300	0	98	20	20,7	0,0
Donativos directos	2 253	8	4 278	63	1,5	727,4
De Organizações Internacionais	80	3	302	10	3,2	195,9
Das Administrações Públicas	523	22	481	31	6,3	38,6
Outras Receitas	12 960	381	13 808	541	3,9	42,0
Rendimentos de propriedade	5 444	5	5 562	10	0,2	94,1
Venda de bens e serviços	5 957	350	6 716	467	6,9	33,4
Multas e outras penalidades	342	16	361	38	10,6	143,5
Outras transferências	337	4	391	6	1,5	39,8
Outras receitas diversas e não especificadas	880	6	778	20	2,6	228,3
Receitas	58 196	2 703	64 238	4 296	6,7	58,9
Ativos e Passivos	408	2	747	0	0,0	-83,4
Ativos não Financeiros	408	2	747	0	0,0	-83,4
TOTAL RECEITAS	58 604	2 705	64 986	4 297	6,6	58,8

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até janeiro de 2023, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 4.296,2 milhões de CVE, registando um acréscimo de 58,9%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+12,8%), dos impostos indiretos (+64,9%), segurança social (-4,5%) e outras receitas (+42,0%) e dos donativos recebidos (+609,8%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 12,8% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 394,2 milhões de CVE, registando uma evolução negativa, em termos homólogos, de 0,5 milhões de CVE (-0,1%), resultante da evolução negativa das categorias B e D, em 19,7% e 15,6%, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que, à exceção da Categoria E, todas as demais Categorias não atingiram os montantes previstos para o período, tendo o IRPS registado uma cobrança abaixo do previsto em 40 milhões de CVE (-9,2%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 51,6 milhões de CVE dos quais, 34 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 17 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 15 milhões de CVE (+41,4%). A performance de arrecadação resulta da cobrança de dívidas negociadas em prestações em sede deste imposto, que no período totalizou cerca de 20 milhões de CVE.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 103,0 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 47,8 milhões de CVE (+86,5%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo dinamismo da atividade económica no último trimestre de 2022 e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 7 milhões de CVE.

- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de maio com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 64,9% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 1.579,5 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 569,1 milhões de CVE (+56,3%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 59,0% (+316,9 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 53,2% (+252,2 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança em todos os setores de atividades, à exceção do setor das indústrias transformadoras, informação e comunicação e outras atividades de serviços, sendo de ressaltar, os contributos dos setores de alojamento e restauração (+165 milhões de CVE), do comércio por grosso e a retalho (+59 milhões de CVE) e financeiros e de seguros (+19 milhões de CVE).

Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 3 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 876 em 2022 para 1.052 em 2023.

- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 101,5 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 46,3 milhões de CVE, tendo superado a média de cobrança registada em 2019 (83 milhões de CVE), representando um aumento face ao montante cobrado no mesmo período de 2022 (+46,3 milhões de CVE; 83,7%), o que reflete o fluxo turístico registado em dezembro.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 63,1% (+314,3 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2022, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 63,3% (+301,1

milhões de CV), justificado pelo aumento do valor da importação, mas também pelo agravamento de taxas, e na Taxa Comunitária CEDEAO de 58,3% (+13,2 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 27,7% (+18,1 milhões de CVE). É de salientar que, este imposto não foi afetado pela pandemia e vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 3,7 milhões de CVE, registando uma ligeira diminuição de 1,1% face ao período homólogo, não refletindo o dinamismo da atividade turística regista do período, como é habitual.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 25,7 milhões de CVE.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 23,6 milhões de CVE correspondente a um incremento 4,3 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 233,6 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 609,8% (200,6 milhões de CVE), em face ao desembolso registado no período homólogo de 2022. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em +185,7 milhões de CVE (justificado pela entrada da ajuda orçamental do Luxemburgo, ajuda alimentar e donativos diretos), o aumento das transferências de organizações internacionais em 6,5 milhões de CVE, bem como nas transferências às administrações públicas em 38,6% (+8,5 milhões de CVE).

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 42,0% (+160,1 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rubricas:

- Rendimentos de propriedade (+94,1%; +4,7 milhões de CVE), decorrente do aumento das receitas de outras rendas e das rendas de outras concessões;

- Venda de bens e serviços (+33,4%; 116,9 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas judiciais; dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais dos Serviços aduaneiros e guarda-fiscal;
- Outras transferências (+39,8%; +1,6 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas eventuais pelos hospitais e pelas Forças Armadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em janeiro de 2023, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 83,4% (-1,7 milhões de CVE) comparativamente a janeiro de 2022, em face as vendas pontuais registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em janeiro de 2023, atingiram os 4.137,6 milhões de CVE, registando um acréscimo de 10,3% em relação ao período homólogo de 2022.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Jan	Orç. Inicial	Jan		
Despesas com Pessoal	24 326	1 617	24 581	1 738	7,1	7,5
Remuneração Certas e Permanentes	22 206	1 581	22 414	1 591	7,1	0,6
Segurança Social	2 120	36	2 167	147	6,8	309,5
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	281	14 765	426	2,9	51,4
Juros Correntes	5 541	391	5 877	642	10,9	64,1
Dívida interna	3 413	322	2 315	318	13,8	-1,2
Dívida externa	2 052	69	3 486	296	8,5	329,1
Outros encargos	76	0	77	27	35,8	0,0
Subsídios	1 008	191	2 022	76	3,8	-60,1
Transferências Correntes	6 663	331	6 502	402	6,2	21,4
Governos Estrangeiros	504	6	598	39	6,5	551,6
Organismos Internacionais	472	0	474	2	0,3	0,0
Administração Pública	5 687	325	5 431	361	6,7	11,2
Benefícios Sociais	8 316	684	9 143	682	7,5	-0,3
Outras Despesas Correntes	3 868	88	3 218	67	2,1	-23,9
Valor a regularizar	0	109	0	76	0	-30,5
Despesas	62 112	3 692	66 108	4 109	6,2	11,3
Ativos e Passivos	10 625	61	11 904	29	0,2	-52,1
Ativos não Financeiros	10 625	60,5	11 904	29	0,2	-52,1
TOTAL DESPESAS	72 737	3 753	78 012	4 138	5,3	10,3

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

3.2. Despesas

A 31 de janeiro de 2023, as despesas executadas totalizaram o montante de 4.108,6 milhões de CVE, registando um acréscimo de 11,3% em relação ao executado de janeiro de 2022. Esta evolução resultou do aumento da execução de várias rúbricas de despesas nomeadamente, Juros correntes (+64,1%), aquisição de bens e serviços (+51,4%), despesa com o pessoal (+7,5%) e transferências (+21,4%), conjugado com a diminuição de despesas em subsídios (-60,1%), outras despesas (-23,9%) e Benefícios Sociais (-0,3%) e conforme abaixo se apresenta:

- A “despesa com o pessoal” evidenciou um acréscimo na ordem dos 7,5% (+121,3 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:

- i. do aumento do pagamento das contribuições à segurança social na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, bem como a regularização de dividas do ano de 2022;
 - ii. do registo atempado das despesas da Assembleia Nacional e Presidência da República, em face a adesão desses Órgãos à bancarização;
- o A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 51,4% (+144,5 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Deslocação e estadas” (+34,8 milhões de CVE) com destaque à Assembleia Nacional, Gabinete do Primeiro, Ministro Ministério da Saúde, Presidência da República Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial, Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social e Ministério da Educação;
 - ii. “Produtos Alimentares” (+33,8 milhões de CVE) com realce à Direção de serviços prisionais e da reinserção social no fornecimento de géneros alimentícios aos reclusos ao sector de Defesa, na confeção e reforço alimentares para militares, e ao sector da Saúde no âmbito de aquisição de géneros alimentício para o serviço de nutrição, bem como refeições para doentes internados;
 - iii. “Energia Elétrica” (+28,1 milhões de CVE) como consequência da recentragem do tempo médio de pagamento e aumento de preços, sendo essa execução com maior ênfase aos sectores, da Saúde, Educação Administração Interna, Finanças e do Fomento Empresarial, Agricultura e Ambiente, Defesa Nacional, Justiça e em face ao aumento de preços.
 - iv. “Combustíveis e Lubrificantes” (+20,7 milhões de CVE) com valores mais significativos nos Ministérios de Administração Interna, Saúde, Justiça, Finanças e Fomento Empresarial, Defesa Nacional, Educação, Agricultura e Ambiente e Gabinete Do Primeiro Ministro;
 - v. “Honorários” (+8,5 milhões de CVE) com destaque aos sectores de Finanças e do Fomento Empresarial, Saúde, Educação, Ministro Adjunto do Primeiro-

Ministro para a Juventude e Desporto; da Agricultura e Ambiente e da Cultura e das Industrias Criativas;

- vi. “Conservação e Reparação de Bens” (+8,4 milhões de CVE) no âmbito de contrato para execução de trabalhos complementares “empreitada de remodelação do edifício Galerias – Lote 1.
- o A despesa com os juros registou um acréscimo de 64,1% (+250,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2022, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 329,1% (+227,0 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.
- o Os “Subsídios” registaram um decréscimo de 60,1% (-114,6 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2022.
- o Os “Benefícios Sociais” diminuíram 0,3% (-1,8 milhões de CVE), justificado pela diminuição da rubrica evacuação de doentes em 6,9% (-1,9 milhões de CVE), conjugado com o acréscimo nos outros Benefícios Sociais em Numerário em 3,3% (+1,3 milhões de CVE).
- o As “ Transferências Correntes” tiveram um agravamento de 21,4% (+70,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica (i) outras transferências correntes em +551,6% (+32,8 milhões de CVE), no âmbito do financiamento de receitas consignadas do Fundo Nacional do Ambiente, para aquisição e instalação de dessalinizadora para Santiago e Boavista; (ii)acréscimo de Outras Transferências Administrações Públicas Correntes em 69,1 milhões de CVE no âmbito da atualização e renovação do protocolo de prestação de serviços assinados entre DGEFPEP & NOSI na prestação de serviços, bem como na conceção de um auxilio financeiro a Câmara Municipal de São Vicente pelo Fundo Nacional de Emergência.

- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um decréscimo de 23,9% (-21,0 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2022, justificado pelo atraso na publicação das listas dos beneficiários das bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, bem como a diminuição da rubrica Organizações não governamentais em 19,2 milhões de CVE.

O valor da despesa por regularizar, em janeiro situou-se na ordem dos 75,8 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas, que são posteriormente regularizadas, que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 29,0 milhões de CVE, registando uma variação negativa em termos absolutos, de 31,5 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2022.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Centro de Artesanato de São Vicente” com uma execução de 13,6 milhões de CVE; “Funcionamento - Hospital Central Baptista de Sousa” com uma execução de 2,0 milhões de CVE; “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” com uma execução de 1,9 milhões de CVE; “Planeamento, Orçamento e Gestão - Chefia do Governo” com uma execução de 1,7 milhões de CVE; e “Construção das Unidades Policiais” com uma execução de 1,1 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 97,4% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 2,6% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 68,0 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o P.N.U.D. com 38,2 milhões, o Luxemburgo com 8,6 milhões de CVE, as Nações Unidas com 3,7 milhões, a O.M.S. com 2,2 milhões de CVE, a Organização Oeste Africana da saúde com 2,0 milhões de CVE, a Nama Facility-Giz com 2,0 milhões de CVE, o Banco Europeu De Investimento com 1,9 milhões de CVE e a Fundação Calouste Gulbenkian com 1,0 milhões de CVE.
- Os empréstimos externos ascenderam, a 37,7 milhões de CVE, equivalente a 35,7% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 15 programas, com destaque ao “Desenvolvimento Empresarial” (8,1 milhões de CVE); Modernização do Estado e da Administração Pública (7,7 milhões de CVE); Programa Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável (7,7 milhões de CVE); Água e Saneamento (3,5 milhões de CVE) com realce ao projeto “Preparação do projeto acesso financiamento Mpmes”, cuja execução atingiu os 8,1 milhões de CVE; “Gestão Das Privatizações das Soe” (7,4 milhões de CVE); “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago” (3,5 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Janeiro	Grau Exec.	Peso %
Interno	65 397	4 032	9,3	97,4
Tesouro (Rec. Int.)	64 432	4 002	6,2	99,3
OFN	965	30	3,1	0,7
Externo	12 615	106	0,8	2,6
Donativo	4 692	68	1,4	64,3
Empréstimo	7 834	38	0,5	35,7
Ajuda alimentar	88	0	0,0	0,0
Total da Despesa	78 012	4 138	5,3	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 31 janeiro de 2023, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 294.460,8 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 90.897,0 milhões de CVE (36,4% do PIB) e à dívida externa 203.563,8 milhões de CVE (81,5% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB² atingiu os 118,0%, cerca de 3,4 p.p. abaixo do registado em janeiro de 2022.

Quadro 5 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	janeiro 22	janeiro 23	Var. Hom	% PIB/22	% PIB/23
Estoque Global	281 884,5	294 460,8	4,5	121,4	118,0
Dívida Interna	82 546,8	90 897,0	10,1	35,5	36,4
Dívida Externa	199 337,7	203 563,8	2,1	85,8	81,5

Fonte: MFFE - DGT

² Considerou-se o *rebasings* do PIB.